

A ENTRADA DE ARQUIVISTAS E TÉCNICOS DE ARQUIVOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2012: SUA RELAÇÃO COM OS EGRESSOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA E O QUANTITATIVO DE MINISTÉRIOS EXISTENTES

Djalma Mandu de Brito

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

brito.djalma@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Como um de seus objetivos específicos, o trabalho analisou algumas transformações pelas quais o Poder Executivo Federal (PEF) do Brasil passou, entre os anos de 2004 a 2012, com foco no intervalo entre a implementação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, que ocorreu por meio do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, até a entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Como objetivo geral deste trabalho, buscou-se, com os dados obtidos, traçar uma visão panorâmica do quantitativo de arquivistas e técnicos de arquivo que ingressaram no PEF, por meio de concursos públicos realizados no intervalo pesquisado e sua representatividade na força de trabalho ativa desse Poder.

A metodologia diz respeito à elaboração de um levantamento incluindo os ministérios e órgãos equivalentes; a

pesquisa sobre a abertura de concursos públicos para arquivistas e para técnicos de arquivos; bem como um levantamento quanto ao número de egressos dos cursos de Arquivologia.

2 PROBLEMÁTICA

As universidades têm exercido papel preponderante no que diz respeito à formação de pessoal de nível superior em Arquivologia no panorama brasileiro. As mesmas se constituem na única opção de formação nessa área.

Recentemente o número de cursos superiores em Arquivologia experimentou um crescimento significativo, da ordem de pouco mais de 70%, embora pesquisas tenham identificado que os mesmos ainda são poucos, em relação à demanda por arquivistas existente no Brasil (GAK; BELESSE; GOMES, 2012, p. 269).

Existe, ainda, a carência de técnicos de arquivo, cujo exercício legal só é permitido se observado o disposto nos Incisos III, IV e V, do Art. 1º, da Lei nº. 6.546, de 1978, que regulamenta as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo:

[...]

III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data do início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades

credenciadas pelo Conselho Federal de Mão de obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.100 hs. nas disciplinas específicas (BRASIL, 1978, grifo nosso).

Não foi localizado nenhum registro de curso técnico de arquivo que estivesse sendo ministrado e que cumprisse o disposto na legislação, embora esta categoria de curso esteja prevista nos dispositivos legais há mais de trinta anos (LOPEZ, 2012, p. 191).

3 RESULTADOS

3.1 Cursos de graduação

No que se refere à oferta dos cursos de graduação, Gak, Belesse e Gomes (2012) informam que o governo federal brasileiro, visando atingir algumas metas estabelecidas em seu Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001-2010, implementou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A partir do ano de 2007 ocorreu um crescimento na oferta de cursos de graduação em Arquivologia, na modalidade presencial, uma vez que esse curso não é ofertado pela modalidade a distância.

Em âmbito federal, o incremento foi expressivo, com a oferta desse curso aumentando em pouco mais de 70% (de 7 cursos federais até 2006, para os atuais 12 cursos), sombreados no QUADRO 1.

De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Educação (MEC)¹ o Brasil conta atualmente com 16 instituições credenciadas para o oferecimento do curso de bacharelado em Arquivologia, sendo:

1 Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

- 12 cursos públicos federais: 1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 3) Universidade Federal Fluminense (UFF), 4) Universidade de Brasília (UnB), 5) Universidade Federal da Bahia (UFBA), 6) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 7) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 8) Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 9) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 10) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 11) Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e 12) Universidade Federal do Pará (UFPA).
- 3 cursos estaduais: 1) Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e 3) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); e
- 1 curso em instituição particular: o Centro Universitário Assunção (UNIFAI) ².

QUADRO 1 – Linha do tempo com as siglas das universidades brasileiras e respectivos anos de implantação dos cursos de Arquivologia, de acordo com o MEC.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados contidos no portal eletrônico E-MEC, disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

² Embora conste no site eletrônico do MEC como credenciado para o curso superior em Arquivologia, não foram localizados registros de nenhuma turma iniciada na UNIFAI. Em mensagem de correio eletrônico enviada em 26 de novembro de 2013 ao endereço "processoseletivo@unifai.edu.br", obtivemos a resposta, em 29 de novembro de 2013, de que a UNIFAI não possuía o curso de Arquivologia.

Segundo levantamento realizado por Gak, Belesse e Gomes (2012, p. 274) o total de alunos formados em Arquivologia no Brasil foi de 4.646, desde a criação do primeiro curso, em 1977, na UNIRIO, até o ano de 2010.

Souza (2011, p. 166-167) atualiza os dados, sinalizando um total de 4.906 egressos até o ano de 2011. Todavia, a mesma autora (2011, p. 168) aponta que apenas 1.377 desses egressos possuíam registro profissional no Ministério do Trabalho, condição indispensável para se exercer a profissão na área pública. Constata-se que, em trinta e três anos, desde a criação do primeiro curso até a coleta dos dados por esses autores, o total de alunos com formação de nível superior em Arquivologia não alcançou a marca de cinco mil arquivistas.

Caso todos os egressos dos cursos de Arquivologia decidissem se tornar servidores públicos federais, exclusivamente no PEF, o seu percentual corresponderia a 0.486% do total de servidores, pois, de acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) publicados no seu Boletim Estatístico de março de 2013, o total de servidores em atividade do PEF é de 1.008.025 (Tabela 1). Nesse somatório encontram-se os servidores civis (da administração direta, de Autarquias e de Fundações), do Banco Central do Brasil, das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista, os militares e do Ministério Público da União.

Tabela 1 – Quantitativo de Servidores da União por Poder, segundo o grupo situação de vínculo

PODERES DA UNIÃO	QUANTITATIVO DE SERV. DA UNIÃO, SEGUNDO GRUPO SIT. DE VÍNCULO			TOTAL
	ATIVOS	APOSENTADOS	INST. PENSÃO	
Executivo	1.008.025	527.143	401.027	1.936.195
Civil	587.816	376.210	251.674	1.215.700
Administração Direta	235.734	209.615	188.223	633.572
Autarquias	260.864	125.531	45.543	431.938
Fundações	91.218	41.064	17.908	150.190
Banco Central do Brasil	4.291	4.667	388	9.346
Empresas Públicas	27.479	-	-	27.479
Soc. de Economia Mista	16.938	-	-	16.938
Militares	356.164	144.458	148.368	648.990
Ministério Público da União	15.337	1.808	597	17.742
Legislativo	25.645	7.222	2.581	35.448
Judiciário	106.912	19.625	5.017	131.554
TOTAL GERAL	1.140.582	553.990	408.625	2.103.197

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013, p. 57).

Os números relativos aos egressos formação de nível superior em Arquivologia no Brasil são baixos, a despeito do crescimento da oferta de cursos e quando feita uma contraposição ao quantitativo de agentes públicos do PEF no Brasil.

3.2 A criação de ministérios e órgãos equivalentes

A análise de dados em relação à criação de ministérios e órgãos equivalentes a ministérios (secretarias especiais que equivalem a ministérios) foi considerada relevante, dada a forte influência que exerce no cenário do PEF, demandando por profissionais especializados, dentre estes os da área de arquivos.

Em 2004 eram 37 ministérios e órgãos equivalentes³, contra os 39 existentes no Brasil, de acordo com dados disponibilizados pelo Palácio do Planalto (2014).

3 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/os-ministros-de-lula,7284.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

Houve um crescimento de 5.4 % nesse quantitativo para o período.

A relação desses ministérios e órgãos equivalentes se encontra no QUADRO 2.

QUADRO 2 - Relação de Ministérios e órgãos equivalentes a ministérios existentes no Brasil - ano de 2014

RELAÇÃO DE MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS EQUIVALENTE A MINISTÉRIOS NO BRASIL NO ANO DE 2014			
Advocacia-Geral da União	Ministério da Fazenda	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Sec. de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Banco Central do Brasil	Ministério da Integração Nacional	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Casa Civil da Presidência da República	Ministério da Justiça	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Controladoria Geral da União	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério do Esporte	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Ministério da Previdência Social	Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Saúde	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Ministério das Cidades	Ministério do Trabalho e Emprego	Secretaria de Portos da Presidência da República
Ministério da Cultura	Ministério das Comunicações	Ministério do Turismo	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ministério da Defesa	Ministério das Relações Exteriores	Ministério dos Transportes	Secretaria-Geral da Presidência da República
Ministério da Educação	Ministério de Minas e Energia	Secretaria da Micro e Pequena Empresa	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponibilizados pelo Palácio do Planalto, em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios>>. Acesso em 27 jan. 2014.

É importante destacar que nesse universo encontram-se cerca de 1.335 órgãos ou entidades (INDOLFO, 2013, p. 139).

De acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal do MP⁴, em dezembro de 2004 o PEF contava com 889.762 agentes públicos ativos.

Os dados relativos ao ano de 2013, de acordo com o MP dão conta de um universo de mais de um 1.008.025 servidores públicos ativos, o que aponta para um aumento de pouco mais de 13.29% no intervalo.

3.3 Concursos para arquivistas e técnicos de arquivo

A legislação federal dispõe que é atribuição do Estado Brasileiro os procedimentos técnicos necessários à manutenção do acervo documental sob sua responsabilidade, que devem ser organizados de acordo com os preceitos legais, os procedimentos e as técnicas arquivísticas existentes.

A gestão de documentos de arquivo é uma atividade complexa, que exige conhecimento das técnicas arquivísticas, bem como dos dispositivos legais e normativos que os norteiam, o que implica na necessidade de atualização constante por parte do agente público que lida na área de arquivos.

Apesar da complexidade das atividades inerentes à gestão de documentos de arquivo, o quantitativo de pessoal dedicado aos serviços de arquivo no Brasil tem sido historicamente abaixo das suas necessidades e sem a formação necessária.

Jardim (1999, p. 154), aponta que, na década de 1990, cada ministério contava com uma média de oito servidores envolvidos com a gestão da informação arquivística, o que já demonstrava, à época, a precariedade em relação ao quantitativo

4 Número 104. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2004/Bol104_dez2004.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

de servidores públicos.

Esses dados sinalizavam uma situação grave, considerando-se que na época existiam poucas perspectivas para a formação em Arquivologia e os cursos de capacitação em arquivos eram raros.

No período compreendido entre os anos de 2004 a 2012 os concursos públicos realizados promoveram a integração de novos arquivistas e de técnicos de arquivos aos quadros do serviço público.

Jardim (2009, p. 53) apresenta um estudo, cujo corte temporal se situa entre os anos de 2004 ao ano de 2008, no qual constata um aumento significativo na oferta de concursos públicos para arquivistas, com 68 editais de concursos públicos divulgados na Internet.

Esse autor aponta que a oferta de vagas desse período concentrou-se, em sua maior parte, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do País. No que se refere à distribuição das vagas, 82% foram destinadas ao PEF (JARDIM, 2009, p. 54).

De acordo com consulta realizada ao MP⁵, foram disponibilizadas 279 vagas ao PEF, por meio de concursos públicos para arquivista (cargo de nível superior, de acordo com a Lei nº. 6.546, de 4 de julho de 1978), entre os anos de 2004 ao ano de 2012 (QUADRO 3).

5 Consulta realizada por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), em 16 dez. 2013, que recebeu o protocolo nº. 03950004623201333.

QUADRO 3 - Quantitativo de vagas para arquivistas, providas por concursos públicos, entre os anos de 2004 e 2012, constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO	PERÍODO									TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
CENTRO FED. EDUC. TECNOL. CELSO S. FONSECA	2		2			1				5
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO							7	1	2	10
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	1	2								3
FUND. UNIV. FED. CIENC. SAÚDE DE PORTO ALEGRE					1					1
FUND. UNIV. FED. DO VALE DO SÃO FRANCISCO					1					1
FUND. ALEXANDRE DE GUSMÃO			1				2			3
FUND. NACIONAL DE ARTES			1							1
FUND. NACIONAL DE SAÚDE							1			1
FUND. UNIV. FEDERAL DE OURO PRETO						1				1
FUND. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA					2	1	2	3		8
FUND. UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE					1	2	1		1	
FUND. UNIVERSIDADE DO AMAZONAS					10		2			
FUND. UNIVERSIDADE DO MARANHÃO						1				
FUND. UNIVERSIDADE FED. DO TOCANTINS						1		1		2
FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE					1	1				2
FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC						1				1
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA							1		1	2

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA								1	1
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						1	1		2
INST. NACIONAL DE EST. E PESQ. EDUCACIONAIS		1							1
MINISTÉRIO DA CULTURA					1				1
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL			1		1				2
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA						6	2	1	9
MINISTÉRIO DA SAÚDE						37	5	7	49
MINISTÉRIO DAS CIDADES			1						1
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES						7	1		8
MINISTÉRIO DO ESPORTE						2			2
MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO			4						4
UNIV. FED. VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI						1			1

(Continuação)

DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO	PERÍODO										TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL						3			1	4	
UNIV. FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA			1							1	
UNIV. FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO							2			2	
UNIV. FED. DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA									1	1	
UNIV. TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ							1			1	
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO					2	3	2			7	
UNIV. FED. DO RIO GRANDE DO NORTE					1					1	
UNIV. FED. DO RIO GRANDE DO SUL			1		3					4	
UNIV. FED. RURAL DO SEMI-ÁRIDO									2	2	
UNIV. FEDERAL DA BAHIA			2		2		2			6	
UNIV. FEDERAL DA PARAÍBA	3				1	2				6	
UNIV. FEDERAL DE ALAGOAS	1									1	
UNIV. FEDERAL DE CAMPINA GRANDE					1		2			3	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS			2	1		1				4	
UNIV. FEDERAL DE JUIZ DE FORA					1	1			1	3	
UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO					1					1	
UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS							4			5	
UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO								2		2	
UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA					5	2				7	
UNIV. FEDERAL DE SANTA MARIA			2		2		4	1		9	
UNIV. FEDERAL DE SÃO PAULO						1				1	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA						1		1		2	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	1									1	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ									1	1	
UNIV. FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			1	1	2	2				6	

UNIV. FEDERAL DO OESTE DO PARÁ									1	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ					1				2	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ					3	1				4
UNIV. FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		7			5		21	3	3	39
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE					3	1	1	4	1	10
UNIV. FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO						1				1
TOTAL	8	10	19	2	51	30	108	25	26	279

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013).

O MP⁶ reporta, em segunda consulta ao mesmo, a disponibilização de 47 vagas para técnico de arquivo (cargo de nível médio, de acordo com a Lei nº. 6.546, de 4 de julho de 1978) ao PEF, por meio de concursos públicos realizados entre os anos de 2004 a 2012 (QUADRO 4).

6 Consulta realizada por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), em 16 dez. 2013, que recebeu o protocolo nº. 03950004624201388.

QUADRO 4 - Quantitativo de vagas para técnicos de arquivo, providas por concurso públicos, entre os anos de 2004 e 2012, constante do Sistema Integrado De Administração De Recursos Humanos – SIAPE

DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO	PERÍODO									TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
FUND. UNIV. FED. DE OURO PRETO						1				1
FUND. UNIV. DO AMAZONAS								1		1
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO		1						1		2
UNIV. FED. DO RIO GRANDE DO NORTE	1									1
UNIV. FEDERAL DA BAHIA							2	1		3
UNIV. FEDERAL DA FRONTEIRA SUL									1	1
UNIV. FEDERAL DA PARAÍBA	2							1		3
UNIV. FEDERAL DE ALAGOAS						4	1			5
UNIV. FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	1									1
UNIV. FEDERAL DE JUIZ DE FORA							2			2
UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO									3	3
UNIV. FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		7					3	5	3	18
UNIV. FEDERAL FLUMINENSE	3								3	6
TOTAL	7	8	-	-	-	5	8	9	10	47

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013)

No que diz respeito à entrada de técnicos de arquivo por concurso público, realizamos uma inferência: se o curso técnico não tem sido oferecido, provavelmente o profissional que tem se

candidatado para essas vagas é o arquivista.

Em relação à recomposição de pessoal no setor público brasileiro durante a primeira década de 2000, Pochmann (2011) pondera que esse movimento, embora tenha se dado de forma explosiva, foi suficiente apenas para “[...] repor, praticamente, o mesmo estoque e percentual de servidores que havia no país em meados da década de 1990” (POCHMANN, 2011, p. 8).

De acordo com esse dado, na prática não ocorreu acréscimo à força de trabalho do PEF, embora seja significativo o fato de que mais de trezentos agentes com conhecimento na área de arquivos tenha passado a integrar os quadros desse Poder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento teve o objetivo de buscar dados que permitissem uma visualização da correlação entre a entrada de arquivistas e técnicos de arquivos no PEF, o quantitativo de egressos dos cursos de graduação, a abertura de concursos públicos para esses cargos e o quantitativo de ministérios ou órgãos existentes.

Embora tenha ocorrido um crescimento de quase 70% no número dos cursos superiores de Arquivologia a partir do ano de 2007, os dados no período que a pesquisa compreende demonstram que esse aumento não exerceu forte influência no que diz respeito à entrada por concurso público de agentes públicos nos quadros do PEF.

São quinze cursos de graduação públicos em Arquivologia no Brasil, credenciados pelo MEC, sendo que o primeiro curso foi oferecido há cerca de trinta anos.

Esses cursos se encontram distribuídos pelas cinco regiões geográficas do país, sendo que doze desses cursos são federais e três estaduais. Um curso particular – UNIFAI, embora

credenciado pelo MEC, não tem oferecido o curso.

Os dados coletados apontam para a necessidade de que mais cursos de graduação em Arquivologia precisam ser oferecidos.

O número de egressos é ainda muito pequeno frente às necessidades do Poder Público, refletido no número de arquivistas com registro no Ministério do Trabalho, que corresponde a 0,001% do total de servidores ativos do PEF.

Mesmo que todos os egressos dos cursos de Arquivologia, desde a fundação do primeiro curso até o corte temporal da pesquisa fossem agrupados e distribuídos na proporção de um para cada órgão ou entidade do PEF, atenderiam a pouco menos de 5% desse universo.

Todas essas informações apontam para um árduo caminho a ser trilhado, inclusive demandando uma série de ações e articulações na área arquivística que sejam voltadas, dentre outros aspectos, para a abertura de mais concursos no PEF, para a ampliação de cursos superiores em Arquivologia, bem como a conscientização dos arquivistas de que devem realizar o seu registro no Ministério do Trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº. 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 jul. 1978. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II

do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Decreto nº. 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 15 dez.2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

GAK, Luiz Cleber; BELESSE, Julia; GOMES, Priscila Ribeiro. A Arquivologia e a educação a distância: reflexões sobre possível cenário. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: AAERJ/Mobile, 2012. p. 269-283.

INDOLFO, Ana Celeste. Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal (2004-2012). 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. p. 15, 139. Disponível em: <<http://tede-dep.ibict.br/handle/tde/129>>. Acesso em 12 jul. 2014.

JARDIM, José Maria. A Universidade e o ensino da Arquivologia no País. 1998. p. 1. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/3/152.html>>. Acesso em: 11 maio 2012.

LOPEZ, André Porto Ancona. A formação de arquivistas no Brasil: notas para um debate. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). Estudos avançados em Arquivologia. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 181-196.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Boletim Estatístico de Pessoal. Secretaria de Recursos Humanos. 2004. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>

secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2004/Bol104_dez2004.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. Boletim Estatístico de Pessoal Secretaria de Gestão Pública. 2013. p. 57, 145. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2013/Bol204_Abr2013_04.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

POCHMANN, Marcio. Apresentação. In: JÚNIOR, José Celso Cardoso (Org.). Burocracia e ocupação no setor público brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. v. 5 (445 p.) : (Diálogos para o Desenvolvimento). p. 8.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011. p. 166-168.